

EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO COMPLEXA

Renata Mantovani de Faria¹

Resumo:

Nesse artigo procurou-se abordar a relação estabelecida entre educação e trabalho nos dias atuais. Para isso, foi feita uma breve introdução, remetendo às relações passadas observadas entre educação e trabalho. Buscou-se também discutir a relação entre escolaridade e mercado de trabalho nos dias atuais, mostrando as dificuldades do sistema educacional frente às necessidades do sistema ocupacional e, por fim, o modo como famílias provenientes dos diferentes meios sociais estipulam estratégias escolares para seus filhos, como meio de reproduzirem-se enquanto grupo, ou então, de ascenderem-se socialmente. A conclusão que se chegou é que, de modo geral, a relação entre educação e trabalho se mostra tão necessária quanto insuficiente, por outro lado, ela não é uma relação rígida, podendo variar para cada indivíduo, de acordo com sua raça, gênero e, principalmente, classe social.

Palavras chaves: trabalho; educação; sistema educacional; sistema ocupacional; classes sociais

ABSTRACT:

This paper aimed at approaching the relationship established between education and work nowadays. For this purpose, a short introduction was made, concerning the past relationships observed between education and work. It also intended to discuss the current relationship between education level and labor market, showing the difficulties of the educational system towards the occupational system needs. At last, it deals with the way as families of different social levels stipulate school strategies for their children, in order to make them reproduce themselves as a group or, then, move up socially. The conclusion drawn demonstrates, in a general way, that the relationship between education and work is as necessary as insufficient. On the other hand, it is not a rigid relationship. It may vary for each subject, according to his race, gender and, mainly, social class.

Keywords: work; education; educational system; occupational system; social classes.

¹ Mestranda do programa de Pós – Graduação em Educação da UFSCAR. Pesquisa na área de Fundamentos da Educação. Linha de pesquisa Educação e Trabalho. Email: re.mantovanif@gmail.com.

Introdução:

O ato de trabalhar e educar constitui em atividades especificamente humanas. Diversamente dos animais, que devem adaptar-se à natureza para sua sobrevivência, o homem deve transformar a natureza de modo que lhe permita viver e isso se dá somente através da inteligência e trabalho humano, na qual a primeira fornece subsídios para que o segundo se concretize. Por isso, Saviani (2007) afirma que a essência humana – que constitui na relação que o homem estabelece entre educação e trabalho – não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência dele, mas ao contrário, é produzida por ele próprio. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo, constituindo-se num processo histórico.

Conforme Saviani (2007), o ponto de partida da relação entre educação e trabalho, foi uma relação de identidade. Os homens, das comunidades primitivas, apropriavam-se coletivamente dos meios de produção de existência e, nesse processo, educavam a si próprios e também as novas gerações. Prevalcia, nessas sociedades, o modo de produção comunal, não havia apropriação individual de terra, nem a divisão de classes.

Com o passar dos tempos, o desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho e, conseqüentemente, à apropriação privada de terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas, gerando a divisão do homem em classes sociais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários de terra. Essa distinção dos homens fez com que mudassem as relações estabelecidas entre trabalho e educação. Ao invés de todos trabalharem, os proprietários de terra passaram a viver do trabalho alheio, enquanto que os não-proprietários passaram a ter a obrigação de, com seu trabalho, manterem-se a si próprios e aos donos de terras.

Dessa forma, partindo do princípio de Saviani (2007), que o trabalho é essência humana, por isso a importância de todos trabalharem, pode-se dizer que essa questão foi transformada com a divisão de classes, possibilitada através do tempo, com o desenvolvimento da produção.

Essa divisão dos homens em classes provocou também uma divisão na educação, que até então era identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir da escravidão surgem duas modalidades distintas e separadas de educação: uma destinada à classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como educação dos escravos e serviçais. Enquanto a primeira é centrada em atividades intelectuais (na arte da palavra e exercícios físicos de caráter militar), a segunda é assimilada ao próprio processo de trabalho.

A primeira modalidade de educação originou a escola, que significa lugar do ócio e tempo livre. Desenvolveu-se a partir daí, uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetuando-se a separação entre educação e trabalho.

Embora nos dias atuais, a educação (básica) tenha se expandido consideravelmente, permitindo falar sobre uma democratização do acesso escolar, não é possível mencionar uma democratização de igualdade de condições objetivas necessárias para obtenção de bons resultados (Bourdieu 1998a).

Além disso, apesar da escola constituir numa instituição de relevância para os indivíduos provenientes dos diferentes meios sociais, que vêem nela um meio de ascensão social, a relação estabelecida hoje entre educação e trabalho se mostra tão necessária quanto insuficiente, na qual a escolarização não significa mais garantia de um emprego e ascensão social (Segnini, 2000).

Nesse contexto, o sistema educacional surge como um sistema com uma autonomia limitada para formular seus objetivos, conteúdos e métodos, uma vez que se encontra numa relação de dependência para com o sistema ocupacional. Desse modo, o sistema educacional acaba servindo como forma de satisfazer as pressões das demandas do mercado de trabalho. Trata-se de uma situação complexa tendo em vista que as mudanças no sistema ocupacional são rápidas e inespecíficas, tornando difícil o sistema educacional satisfazer as necessidades das demandas requeridas pelo mercado de trabalho (Offe, 1990).

Tendo em vista esse processo complexo em que permanece estabelecida a relação entre educação e trabalho hoje, as famílias dos diferentes meios sociais vão estipular certas estratégias quanto à escolarização de seus filhos, buscando manterem ou melhorarem a posição social em que se encontram. As estratégias são diversas e são planejadas em acordo com cada grupo social, que possuem condições objetivas de capital (econômico, cultural e social) bastantes distintas entre si, investindo mais ou menos na educação conforme as chances de fracasso ou êxito (Bourdieu, 1998b).

Enfim, em síntese, esse artigo buscará abordar as relações estabelecidas entre educação e trabalho nos dias atuais, mostrando suas complexidades, a forma como o sistema ocupacional se apropria perversamente do educacional e o modo como as famílias dos diferentes meios sociais vão lidar com a escolarização de seus filhos frente à complexidade dessa relação.

Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente

Segnini (2000) vai dizer que a relação estabelecida entre educação e trabalho nos dias atuais passou a constituir num processo social de legitimação das mudanças no mercado de trabalho, via desemprego e precariedade social, ao invés de uma real e concreta exigência dos processos de produção de bens e serviços.

Segundo a autora, é difícil ter uma real clareza da relação entre educação e trabalho, já que ela está encoberta por uma névoa, portadora de excesso de luminosidade nos discursos observados pelos organismos internacionais reguladores (Banco Mundial e FMI), pelo Estado, empresas, imprensa, dentre outros. Esses apregoam que quanto maior o nível de escolaridade, mais preparado o indivíduo se encontra para suprir e enfrentar as necessidades do mercado de trabalho, discursando como se a educação fosse capaz de assegurar um emprego.

Esse tipo de discurso, conforme argumenta Segnini (2000), é formado no interior de conflitos e interesses antagônicos, de forma a manter a coesão social, legitimar e dissimular a ordem social existente, uma vez que ele, na prática, não se efetiva no Brasil, que é um país demarcado por problemas sociais, como a desigualdade social, analfabetismo, desigual distribuição de renda, ou seja, marcado por condições que não permitem dizer que todos possuem as mesmas condições de atingir níveis elevados de escolaridade para competir no mundo do trabalho e também que a escolaridade vai garantir um emprego a todos com níveis altos de ensino, numa sociedade caracterizada pelo subemprego, trabalho informal e desemprego.

Para a autora, a relação entre educação e trabalho está posta hoje num contexto de globalização dos mercados de bens e fluxos financeiros, sob o acirramento da concorrência e também da ideologia neoliberal que, contraditoriamente, requer políticas estatais que possam garantir a desregulamentação de normas de concorrência e direitos sociais. A concentração de capital ocorre ao mesmo tempo em que a força de trabalho fragiliza-se

pela flexibilização, por meio do trabalho, da força de trabalho e do emprego/desemprego. As altas taxas de desemprego são acompanhadas da crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação que aparecem junto ao discurso por maiores níveis de escolaridade.

O desenvolvimento econômico não mais significa desenvolvimento social. O desemprego já não é mais resultado da ausência de crescimento econômico, mas se tornou inerente a ele próprio. O processo de globalização no país se dá acompanhada de uma abertura comercial indiscriminada, ausência de políticas setoriais defensivas, sobrevalorização da moeda e elevados juros acompanhando um contexto de profunda heterogeneidade produtiva e desigualdade das relações de trabalho. Conforme Segnini:

“O mercado de trabalho brasileiro não conseguiu estabelecer uma situação em que o emprego formal (aquele que possibilita garantias e direitos sociais) tenha se tornado algo generalizado para o conjunto da população; ao contrário, criou-se um mercado “altamente flexível” com situações completamente diferenciadas e, em grande medida, precárias.” (SEGNINI 2000; p.74)

A partir dos anos 80, o conjunto de medidas de ajustes macroeconômicos frente ao crescimento da dívida externa e do colapso do financiamento da economia brasileira, concorreu para fortes e rápidas oscilações econômicas, estagnação e hiperinflação. A progressiva desestruturação do mercado de trabalho foi marcada pelo desassalariamento de parcela crescente da população economicamente ativa, crescimento do desemprego e do trabalho informal precário.

Tendo em vista essa realidade, pode-se questionar o discurso da educação como garantia de um emprego, pois através de Segnini (2000) pode se observar um crescente desemprego de trabalhadores escolarizados, em um contexto, no qual a educação não é um direito conquistado por todos. Nas palavras da autora:

“O desemprego de trabalhadores escolarizados, sobretudo nos setores mais modernos da sociedade, é tomado como um dos argumentos para tornar relativa essa perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, o trabalho.” (SEGNINI, 2000. P.75)

O desemprego dos trabalhadores qualificados e escolarizados no processo de reestruturação produtiva decorre, assim, de uma nova dimensão dos problemas sociais que marcam o Brasil que, até então, era conhecido pela miséria, pobreza, não-acesso à educação e à saúde, mas não pelo desemprego de trabalhadores escolarizados.

Dessa forma a exigência por maiores níveis de escolaridade que está se apontando nos discursos no mercado de trabalho, não significa que esteja apontando para conteúdos mais sofisticados e elaborados das atividades ou, para maior autonomia dos trabalhadores, mas sim, para a intensificação do trabalho e para uma maior seletividade dentro do mercado de trabalho.

Nesse processo de transformação da relação entre educação e trabalho, uma relação tão necessária quanto insuficiente, encontra-se inserido no mercado de trabalho um reduzido número de trabalhadores, inseridos principalmente no chamado setor de ponta, essencialmente nos segmentos nobres das empresas multinacionais. Por outro lado, estão

800 milhões de desempregados no mundo, como resultado de um crescimento econômico perverso, que cada vez concentra mais renda (Segnini, 2000).

Os jovens constituem os grupos mais escolarizados e mais desempregados ou inseridos em trabalhos precarizados. Há também uma desigualdade entre homens e mulheres, brancos e negros com o mesmo tempo de escolaridade no mercado de trabalho, tanto em rendimentos como em condições de trabalho.

Esta relação entre educação e trabalho se torna mais difícil, por exemplo, quando se trata das mulheres, que estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho. Um crescimento significativo das mulheres trabalhando fora de casa é vivenciado nos últimos trinta anos, através simultaneamente de suas conquistas sociais, políticas e econômicas, sendo que a taxa de crescimento de participação no mercado de trabalho no período de 1985 a 1995 da mulher (crescimento de 63%) é significativamente superior ao homem (crescimento de 20,8%), conforme Segnini (2000).

Entretanto, isso não significa que a realidade das mulheres tenha se transformado de forma intensa, pois apesar desses dados, há outros que revelam que as mulheres necessitam de esforço maior que os homens, como maiores níveis de escolaridade, para inserirem-se no mercado de trabalho e, mesmo assim, na maioria das vezes, suas ocupações são inferiores a deles em termos de hierarquia de poder e salários, sendo que 40% das mulheres que trabalham encontram-se ainda em postos de trabalho precário, enquanto que esta taxa cai para 10% ao referirem-se aos homens. Deste modo, embora seja inegável a participação das mulheres no mercado de trabalho e suas escolaridades mais elevadas que as dos homens, suas condições socioeconômicas pouco mudaram. Nas palavras da autora:

“(…) as mulheres foram pioneiras em ocupar postos de trabalhos precários, que estavam por vir para ambos os sexos, no contexto da reestruturação produtiva. Mesmo assim, elas continuam campeãs em informalidade e precariedade e começam a ser mais atingidas pelo desemprego em vários setores.” (SEGNINI, 2000, p.78).

Desse modo, as contradições encontradas na relação entre escolaridade e formas de inserção no mundo do trabalho possibilitam afirmar que:

“a qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, gênero, etnia, etc) muito além da escolaridade ou formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada pelos valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades”. (SEGNINI, 2000. p.79).

Conforme Segnini (2000) a qualificação do trabalhador se expressa em relações de poder no interior onde se dá o processo de trabalho, implicando ainda que a escolaridade e formação profissional são condições necessárias, porém insuficientes para o desenvolvimento social. Isto acontece, pois, conforme a autora, para um real desenvolvimento social e econômico é necessário políticas e ações concretas que possibilitem a superação das desigualdades e a promoção de uma verdadeira cidadania, o que torna-se longe de concretizar ao referir-se a um país como o Brasil, demarcado por tantos problemas sociais.

As funções do sistema educacional frente às incertezas do sistema ocupacional

Ao abordar as relações entre sistema educacional e sistema ocupacional, Offe (1990) argumenta que o primeiro, embora possa ter certa autonomia quanto ao segundo, na formulação de seus objetivos, conteúdos e método, permanece subordinado a ele. Segundo o autor, as funções sociais do sistema educacional não podem ser analisadas de modo adequado se partir das intenções e finalidades declaradas pelos professores, especialistas e ministérios, uma vez que esse sistema nem sempre possui capacidade autônoma de atuação para realização dos fins por ele mesmo determinados.

O sistema educacional sofre limitações ao buscar suprir a demanda do sistema ocupacional (complexa e inespecífica) por qualificação, tendo em vista que a idéia de regular a qualificação pelo sistema de educação formal é caracterizada por várias discrepâncias: a discrepância prática, que refere-se à diferença entre a qualificação adquirida no presente e aquela a ser exigida futuramente pelo mercado de trabalho; a discrepância temporal, que consiste no tempo necessário para aquisição da qualificação, sem possibilidade de utilização produtiva imediata; e uma discrepância de pessoal, que se refere na diferença entre o número de pessoas que ingressarão no mercado de trabalho, após a qualificação.

A afirmação de que o progresso técnico esteja demandando aumento de qualificação, é posto em dúvida, uma vez que a demanda por qualificação (quantitativa e qualitativamente) tem se elevado secularmente e, ainda assim, muitos indivíduos não estão sendo absorvidos pelo mercado de trabalho, sendo que nem sempre essa qualificação é utilizada nos postos de trabalho. Essa afirmação conduz a compreensão de que o sistema ocupacional usa, muitas vezes, de forma perversa o sistema educacional. Essa relação permitiria o sistema ocupacional tornar-se mais seletivo e, conseqüentemente, sem preocupar-se com a questão do valor a ser pago pela força de trabalho, já que o sistema educacional encontra-se, nessa relação, pressionado a reconstruir-se a partir do crescimento da oferta adequada ao atendimento da demanda. Nas palavras do autor:

“(...) a qualificação e produtividade no desenvolvimento do sistema educacional, pode ser resumida na hipótese de que o processo de educação formal realmente conduz à produção daquelas qualificações, que, de forma crescente, são demandadas pelas instituições do sistema ocupacional” (OFFE, 1990 p. 16)

No entanto, segundo Offe (1990) o sistema educacional nem sempre estaria a serviço do ocupacional, já que possui certa autonomia para estabelecer seus objetivos, conteúdos e métodos. O autor acredita que a relação estabelecida entre ambos é marcada atualmente por uma desfuncionalidade. A função do sistema educacional, de oferecer qualificação às exigências de comportamentos requeridos pelo trabalho e correspondentes virtudes gerais necessárias, se modifica. A funcionalidade do sistema educacional cada vez se degrada mais, de modo que ele se torna um “sistema de custódia”, ou seja, com fins em si mesmos, sem uma direção definida.

Por outro lado, o sistema ocupacional, estaria demandando qualificações diversas daquela produzida pelo sistema educacional, como na demanda por formação de capacidades cognitivas nos indivíduos, capacitando-os a adaptações em diferentes tarefas. Essa meta-capacitação constitui na capacidade de ajustar o indivíduo ao ritmo da

transformação técnica, organizatória e econômica e suas correspondentes exigências no plano do trabalho, que passa a solicitar novos conhecimentos.

Essa meta-capacitação, sem exigências determinadas, implica numa tendência de autonomização do sistema educacional, devido às crescentes indefinições do sistema ocupacional em relação ao conteúdo das qualificações. O planejamento educacional acaba defrontando-se com a questão de que quantidade e qual tipo de capital humano produzir.

A política educacional seria, assim, adequada ao bem comum da sociedade capitalista, com capacidade de reunir os interesses do capital e do trabalho numa espécie de compromisso com a sociedade, favorecendo o Estado e o capitalismo. No entanto, a adoção de políticas nessas bases, acaba por parecerem utópicas, uma vez que lida com fatores desconhecidos para sua concretização.

Ao Estado caberia a atuação como mediador, no sentido de criar e conservar essa confiabilidade. A preservação da legitimidade do Estado, frente à sociedade dependeria da manutenção da ilusão de igualdade entre os cidadãos e também da autodefesa contra distorções causadas pelos mecanismos econômicos de uma sociedade capitalista. Nas palavras de Offe:

“A política educacional é, entre todas as outras políticas setoriais, talvez o exemplo mais patente de como o Estado procura produzir uma aparência de igualdade de oportunidades e com isso de uma neutralidade em relação às classes no que concerne às suas próprias funções quando na verdade o status social e as oportunidades de vida dos indivíduos estão ligados ao movimento de uma economia regulada pelo lucro” (OFFE, 1990.p.41).

No entanto, vem ocorrendo uma mudança na formulação das propostas feitas pelo Estado: a substituição da proposta de igualdade pela de equidade, cujo sentido remete à igualdade na oferta de oportunidades para o desenvolvimento de potencialidades. Desse modo, passa a defender, assim, a oferta de oportunidades iguais aos economicamente desiguais, ou seja, uma contradição que põe a nu os dissensos do discurso neoliberal. Nas palavras de Offe:

“As relações da sociedade capitalista burguesa com as normas igualitárias delas mesmas constitutivas foram, desde o início, precárias e contraditórias: de um lado é a relação de participantes de mercado que trocam livremente as mercadorias que possuem (capital, terra, trabalho), o modelo básico da igualdade de chances; do outro lado, porém, o resultado dessa troca, especificamente das relações de exploração e de classes, entre capital e trabalho, que destroem sistematicamente a ficção de igualdade de oportunidades” (OFFE, 1990. p. 38).

No entanto, segundo Offe (1990), a ação político-administrativa, tem se deslocado na prática dos objetivos por ela propostos, causando problemas e contradições, que poderiam ser superados através de uma análise objetiva desse sistema político-administrativo. A identificação desses problemas e contradições da política educacional do Estado estão relacionadas às funções sociais da educação e aos problemas estruturais das sociedades industriais desenvolvidas, que são demarcadas por: problema de qualificação conteudística e da criação de disponibilidade da força de trabalho; pela integração social da

força de trabalho nas relações de produção capitalistas; pela busca de legitimidade do sistema político, que não atende o pressuposto de igualdade e pela substituição freqüente dos subsistemas sociais pela dinâmica do desenvolvimento industrial capitalista.

A medida de identificar tais problemas abordados seria importante para a sociedade, uma vez que a questão do desemprego estrutural vem abalando cada vez mais a estrutura social. A superqualificação pode também gerar conseqüências laterais, uma vez que a integração da força de trabalho qualificada, em estruturas de relações hierárquicas, tenderia a possibilitar um confronto entre o sistema ocupacional e o educacional, prejudicando o mercado. No entanto, há dificuldades em encontrar respostas adequadas a essas questões, tendo em vista que a determinação da oferta de oportunidades de instrução e vagas no sistema educacional cresce em direção de uma demanda desconhecida, requerida pelo sistema ocupacional.

Nesse contexto, as novas teorias administrativas surgem, na perspectiva de manter sob controle essa ameaça, utilizando princípios taylorista-fordista na organização toyotista do trabalho, com o intuito de maior acumulação, pondo-se como poderoso instrumento ideológico do capital, que vai garantindo a reprodução do capitalismo e sua dispersão por esferas da vida até então não atingidas.

Nesse sentido, o movimento que se observa no contexto atual, é que as novas demandas por educação convivem com a contradição de tendências, que se cruzam na estruturação global do capitalismo contemporâneo, causando novas formas de segmentação no mercado de trabalho, implicando um novo sentido à dinâmica de “exclusão/inclusão” da força de trabalho qualificada.

Podemos enxergar esses reflexos no sistema educacional, com as diversas posições em torno das políticas educacionais que o orientam. No entanto, há que se considerar que a existência de uma demanda para toda população, de uma educação geral e abstrata tem se feito cada vez mais exigida para ocupação de postos de trabalhos que atendam às regras do contrato tradicional, no mercado formal, mas que não deixam de atingir o chamado setor informal, que cresce em abrangência e inespecificidade.

Estratégias de famílias provenientes de diferentes classes sociais frente à escolarização dos filhos.

Inserido nessa relação complexa que se estabelece entre educação e trabalho - na qual o acesso ao sistema educacional não significa a garantia de um emprego e de ascensão social - o acesso escolar e a obtenção dos mais altos níveis de ensino, ainda permanece sendo a estratégia mais utilizada pelos indivíduos para obter sucesso profissional e ascensão social. Por esse motivo, a escola permanece sendo uma instituição de relevância para as famílias provenientes dos diferentes meios sociais. No entanto, a importância dada à escolarização varia entre os indivíduos das diferentes classes sociais, uma vez que uns dependem mais ou menos dela para sua manutenção da ordem vigente - permanência na posição social do momento presente - ou então, para ascensão social. Desse modo, as famílias provenientes dos diferentes meios sociais tendem a estabelecer certas estratégias frente à escolarização de seus filhos para que esses possam manter o padrão de vida em que se encontram, ou então, melhorá-lo. As estratégias são estipuladas pelas famílias de acordo com a distribuição de volume de capital econômico, social e cultural.

As estratégias, segundo Bourdieu (1998b), são motivações ou interiorizações provenientes da realidade objetiva que decorrem a partir de nossas ações, as quais são

dotadas de sentidos e dirigidas, diversas vezes, inconscientemente, o que significa dizer que nem sempre as escolhas tem por base a razão.

Conforme o volume da composição dos capitais econômico, cultural e social do indivíduo, o mesmo poderá ou não saber avaliar e perceber criticamente as suas chances ou oportunidades, ou ainda, antecipar o seu futuro através de uma indução prática, analisando o embate entre o possível e o provável, uma vez que a arte do jogo do possível é adquirida dentro de certas condições sociais. Segundo Nogueira e Nogueira (2002), através do acúmulo histórico de experiências de êxito e fracasso escolar, os grupos sociais constroem um conhecimento prático relativo ao que é possível ou não de ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social concreta, na qual eles agem buscando as formas mais adequadas de fazê-lo, adequando inconscientemente seus investimentos conforme as chances de êxito. Nas palavras dos autores:

“Concretamente, isso significa que os membros de cada grupo social tenderão a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos, conforme percebam ser maiores ou menores as probabilidades de êxito” (NOGUEIRA e NOGUEIRA 2002. P.23).

As estratégias que cada indivíduo vai traçar para si podem, assim, ser bastante diversas, de acordo com a posição social em que permanece, ou seja, conforme sua socialização, *habitus* e composição e constituição dos referidos capitais. As condições objetivas, principalmente a econômica e seu reflexo na subjetividade, podem ser consideradas fatores de peso para que o indivíduo não “ouse” ir além dos seus “limites”. Certas estratégias de ação podem, assim, ser mais seguras e rentáveis ou então, mais arriscadas.

A expectativa e a atitude perante o futuro escolar constituem uma dimensão fundamental do *ethos* de classe. O nível cultural, as condições financeiras e opinião familiar, influenciam e pré-determinam o modo de pensar de cada um. A herança escolar será sempre produto de sua herança social. Por isso, também as decisões que cada sujeito pensa frente à continuidade dos estudos e a inserção no mercado de trabalho tende a ser reflexo da classe social a que pertence. A posição social tende a pré-estabelecer na realidade objetiva e subjetiva os que ingressam ou não no ensino superior, sendo as chances dos indivíduos de classes médias e populares bastante dificultadas, já que:

“O princípio geral que conduz à superseleção das crianças das classes populares e médias estabelece-se assim: as crianças dessas classes sociais que, por falta de capital cultural, têm menos oportunidades que as outras de demonstrar um êxito excepcional devem, contudo, demonstrar um êxito excepcional para chegar ao ensino secundário” (BOURDIEU, 1998b. p.50).

A intensidade e natureza dos investimentos a serem feitos pelas diferentes classes sociais frente à escolaridade de seus filhos relacionam-se também ao quanto o indivíduo de cada grupo depende do êxito escolar para manter sua posição social ou ascender-se. Nesse sentido, segundo Bourdieu (1974), as instituições escolares têm, em geral, maior importância para os indivíduos que provêm das classes médias, uma vez que esses vêm

nelas uma possibilidade de ascensão social, investindo na educação dos filhos de forma, muitas vezes, árdua e forçosa, diferente dos indivíduos de classes superiores, que devido ao poder econômico que possuem, não se vêem pressionados a essa cobrança árdua, nem para os de classes populares, que já devido ao seu baixo capital cultural (nível de escolaridade e conhecimentos formais adquiridos) não depositam tanta confiança na escola. O custo de uma criança se torna, assim, relativo, dependendo de cada classe social, nas palavras de Bourdieu ele é:

“fraco para as famílias de mais baixa renda que, não podendo antever para seus filhos um outro futuro diferente de seu próprio presente, realizam investimentos educativos extremamente reduzidos, fraco também para as famílias de alta renda, uma vez que os rendimentos crescem paralelamente aos investimentos, e atinge ao máximo no que corresponde as rendas médias, isto é, às classes médias cuja ambição de ascensão social obriga a investimentos educacionais relativamente desproporcionais a seus recursos” (BOURDIEU, 1974; p.17).

Conforme Nogueira e Nogueira (2002), Bourdieu distingue três conjuntos de disposições e estratégias de investimento escolar que seriam adotados de forma tendencial pelas classes populares, classes médias e pelas elites.

Os indivíduos, provindos da classe popular, pobre em capital econômico e cultural, tenderiam a investir de modo moderado no sistema de ensino. Esse investimento, relativamente baixo, pode ser explicado por vários fatores: pela percepção de que suas chances de sucesso são reduzidas, devido à escassez de recursos econômicos, sociais e culturais necessários a um bom desempenho escolar, o que torna o investimento algo muito incerto e, portanto, o risco muito alto. Essas famílias encontram-se, assim, menos preparadas para enfrentar os custos econômicos dessa espera, tendo em vista sua situação socioeconômica. A vida escolar dos filhos não seria acompanhada de modo muito sistemático e nem haveria uma cobrança intensiva em relação ao sucesso escolar pelos pais. Em síntese, o investimento no mercado escolar por essa classe social, tenderia a receber um retorno baixo, incerto e a longo prazo. Nas palavras dos autores:

“Essas famílias tenderiam, assim, a privilegiar as carreiras escolares mais curtas, que dão acesso mais rapidamente à inserção profissional. Um investimento numa carreira mais longa só seria feita nos casos em que a criança apresentasse, precocemente, resultados escolares excepcionalmente positivos, capazes de justificar a aposta arriscada no investimento escolar.” (NOGUEIRA E NOGUEIRA 2002, p.24).

Contraopondo-se às classes populares, as classes médias - conhecidas por Bourdieu mais como “pequena burguesia” - devido ao fato dessa classe procurar ter os mesmos modos e padrões de vida dos burgueses, sem uma cultura original própria, uma vez que seus anseios é tornar-se um burguês – tendem a investir pesada e sistematicamente na escolarização dos filhos. Esse fato pode ser explicado pelas chances objetivamente superiores dos filhos obterem sucesso escolar ao comparar-se com as classes populares. As famílias dessa classe social possuem um volume maior de diferentes capitais, permitindo aos filhos apostar no mercado escolar sem correr riscos de fracasso como nas classes populares. Com objetivo de ascenderem-se socialmente, a classe média é caracterizada

pelos seus esforços no investimento da educação dos filhos, sendo esses componentes caracterizados pelo esforço, o ascetismo, o malthusianismo e a boa vontade cultural.

O ascetismo constitui na disposição dos indivíduos recusarem prazeres imediatos, tais como renúncia a compra de bens materiais ou então a passeios, em benefício de seu plano futuro para garantir uma boa escolarização da prole. Ele consiste na valorização de uma disciplina com os estudos e autocontrole fora da escola, como forma do indivíduo manter uma disciplina de estudos e obter bons resultados escolares.

O malthusianismo seria a propensão ao controle da fecundidade, como forma de garantir bons investimentos (boas instituições e longa escolaridade) nos estudos da prole, o que não seria possível fazer com grande número de filhos. Conforme Bourdieu:

“Ao limitar sua família a um pequeno número de filhos, quando não ao filho único, sobre o qual se encontra todas as esperanças e os esforços, o pequeno burguês não faz senão obedecer ao sistema de pressões que está contido em sua ambição: na impossibilidade de aumentar a renda, ele necessita diminuir a despesa, isto é, o número de consumidores.” (Bourdieu, 1974; p.24).

Enfim, a boa vontade cultural consiste no reconhecimento da cultura legítima e pelo esforço sistemático para adquiri-la. Como grande parte da classe média origina das classes populares que conquistaram uma ascensão social, ela muitas vezes, tem um limitado capital cultural (o que é fundamental para obter êxito escolar), por isso a necessidade em investir na aquisição desse capital, como na compra de livros, frequência a eventos culturais e matrícula em cursos.

De um modo geral, as classes médias, possuem tendências de investir fortemente na escolarização dos filhos, no entanto, isso vai depender do peso relativo dos diferentes capitais em cada uma das frações das classes médias, que encontram-se subdivididas em subgrupos.

Segundo Nogueira (1991), a pequena burguesia se divide em três: a pequena burguesia em declínio, a pequena burguesia em execução e a nova pequena burguesia. A primeira é constituída por pequenos proprietários (pequenos comerciantes) e caracterizam por uma situação de declínio econômico e social (com correlativa diminuição numérica) em virtude das transformações nas estruturas sócio-econômica que estão levando ao desaparecimento tendencial e gradual do pequeno comércio tradicional, elas também são caracterizadas por serem mais providas de capital econômico que capital cultural.

A segunda é constituída por empregados subalternos do terciário e pelos quadros médios do setor público e privado (professores do ensino básico e técnicos). Caracteriza-se por possuir um capital econômico menor e um capital cultural maior que a primeira pequena burguesia. No entanto, é ao seu capital cultural que seus membros devem a posição que ocupam na estrutura social, uma vez que se legitima enquanto classe média devido ao capital cultural que foi incorporado através da escolarização.

A terceira fração é formada por profissões caracterizadas por requisitarem uma boa aparência pessoal e um certo capital de conhecimentos gerais ligados às artes, ao bom gosto, a viagens, dentre outros. São provenientes, geralmente, de uma herança cultural e social familiar. Dentre as profissões, estão: os publicitários, especialistas da moda, vendedores de grifes, antiquários, decoradores, fotógrafos e guias turísticos. Esse grupo é caracterizado por encontrar-se pouco institucionalizado, mas apresentando uma situação de expansão.

Dessa forma, as frações mais providas de capital econômico, diversamente daquelas que possuem quase que exclusivamente capital cultural, tenderiam a não conceder uma prioridade tão acentuada ao investimento escolar, uma vez que elas possuem, através de seu capital econômico, a garantia da sua posição social. Por outro lado, a pequena burguesia em execução, por exemplo, com volume maior de capital cultural que de capital econômico, ou seja, que já dependeram um dia da escolarização para ascenderem socialmente encontra-se, devido a esse motivo, numa forte dependência com a escola, uma vez que depende da incorporação de capital cultural (obtido com a escolarização) para sua legitimação enquanto grupo social, pois caso haja fracasso escolar, não haverá capital econômico suficiente para reproduzir-se enquanto grupo.

Por fim, ao referir-se às elites econômicas e culturais, Nogueira (1991) vai dizer que apesar do forte investimento feito na escolarização dos filhos, ele ocorre de uma forma bem mais descontraída que nas classes médias. Isso acontece porque o sucesso escolar no caso dessas famílias é tido como algo natural, que não depende de um esforço de mobilização familiar. As condições objetivas dos diferentes capitais presentes nessas famílias tornariam o fracasso escolar bastante improvável, sem falar que o indivíduo da classe dominante não sofre a pressão do sucesso escolar, uma vez que seu *status* econômico já o mantém na sua posição de elite. Segundo Nogueira (1991), esse grupo social é dividido em dois por Bourdieu: os mais providos de capital cultural e os mais providos de capital econômico. Enquanto os primeiros tendem a um investimento escolar mais intenso, visando o acesso aos níveis mais altos e prestigiados de ensino, os segundos tenderiam a buscar na escola, principalmente uma certificação que legitimaria o acesso às posições de controle já garantidas pelo capital econômico.

É possível observar a partir disso, que as classes dominantes saem com significativa vantagem ao estipularem as estratégias escolares de seus filhos, já que possuem todas as condições favoráveis a um êxito escolar. Além disso, Bourdieu (1992) vai afirmar que a escola não é uma instância neutra, mas sim, uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.

Para o autor, a cultura consagrada e transmitida pela escola não seria objetivamente superior a nenhuma outra, mas o valor que lhe é concedido seria arbitrário e reconhecido como cultura legítima. A conversão de um arbitrário cultural em cultura legítima se daria pela luta de classes num certo campo, onde o grupo vencedor (mais forte) imporá seus valores. Nesse sentido, pode-se perceber que a instituição escolar faz parte da cultura da classe dominante (grupo vencedor). Embora ela busque apresentar-se como cultura neutra, ela transmite funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais.

A escola, ao tratar formalmente de modo igual, em direitos e deveres, quem é diferente, privilegia os indivíduos, que por sua bagagem familiar, já é privilegiado. O argumento de Bourdieu (1992) justifica-se no fato da comunicação pedagógica exigir, para sua plena compreensão e aproveitamento, que os receptores da cultura escolar dominem o código utilizado na produção dessa comunicação, ou seja, o que já é familiar para as classes dominantes.

Segundo o autor, há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares. As posições mais elevadas e prestigiadas do sistema de ensino (estabelecimentos e cursos) tendem a ser ocupadas pelos indivíduos das classes dominantes. Por mais que democratize o acesso ao ensino, continuará existindo uma forte correlação entre as desigualdades sociais, sobretudo culturais e as desigualdades internas ao sistema de ensino.

Essa desigualdade pode ser vista ao depararmos com os diversos tipos de estratégias planejadas pelos indivíduos de diferentes classes sociais. A classe dominante, por exemplo, que já domina os códigos escolares - incorporados de modo “natural” desde a sua

infância – possui também grande volume dos diferentes tipos de capitais, ou seja, todos os requisitos essenciais para um êxito escolar, por isso tenderão a estipular estratégias escolares de longa duração e em bons estabelecimentos de ensino. A classe popular, por sua vez, vai para escola, com escasso volume de diferentes tipos de capital, além de deparar-se com uma cultura não familiar, ou seja, chega à escola sem qualquer preparo, com completa desvantagem de sucesso escolar ao comparar-se aos outros alunos. Esse despreparo, muitas vezes, resulta em indisciplina, conseqüentemente, dificuldades em aprender e baixo rendimento, além dos pais não terem condições de ajudar os próprios filhos, uma vez que já provêm de uma cultura estranha à escola, não restando à essas famílias estipularem outras estratégias que não sejam de escolarização breves, em estabelecimentos de ensino de baixa qualidade.

Enfim, as estratégias escolares que cada família vai estipular para seu filho são bastante distintas, devido à disparidade das condições objetivas dos indivíduos dos diferentes meios sociais, por isso também torna difícil afirmar aqui, uma única relação que se estabelece entre educação e trabalho hoje, uma vez que ela varia para cada indivíduo, para cada grupo social.

Considerações Finais

Discutir sobre a relação estabelecida entre educação e trabalho nos dias atuais, remete-nos a uma série de considerações, não sendo possível afirmar uma única relação estabelecida entre ambos, uma vez que ela insere-se num contexto bastante complexo.

De modo geral, essa relação se torna tão necessária quanto insuficiente (Segnini, 2000). Se nos tempos em que a educação ainda não era um direito garantido a todos, era permitido falar de uma relativa garantia de um emprego aos escolarizados, hoje isso não é mais possível, já que ocorre uma intensa concorrência no mercado de trabalho devido tanto à democratização do acesso escolar como da supressão dos postos de trabalhos.

O discurso utilizado por organismos internacionais reguladores, pelo Estado e empresas associando a escolarização com a obtenção de um emprego, é de cunho neoliberal e transmite a ideologia da escola neutra e de igualdade, vinculando o sucesso escolar ao mérito do indivíduo. Esse discurso não leva em conta as desigualdades e problemas sociais vivenciados no país, que não possibilita falar de igualdade a todos. Esse tipo de discurso é formado no interior de conflitos e interesses antagônicos, de forma a manter a coesão social, legitimar e dissimular a ordem social existente.

O mercado de trabalho estagnado começa, devido a sua complexidade, criar meios de seleção para absorver a força produtiva, exigindo maior qualificação dos indivíduos. No entanto, devido à desvinculação entre sistema educacional e ocupacional, a superprodução de qualificação feita pelo primeiro acaba se tornando irrelevante para o mercado, já que esse não é capaz de absorver a todos e nem sempre essa qualificação é utilizada nos postos de trabalho. A qualificação exigida pelo sistema ocupacional nem sempre significa que esteja apontando para conteúdos mais sofisticados e elaborados das atividades ou para uma maior autonomia dos trabalhadores, mas sim, para a intensificação do trabalho e para uma maior seletividade dentro do mercado de trabalho. Ou seja, o papel do sistema ocupacional de dar funcionalidade a escola permanece em crise e degradada, na qual ela constitui-se, freqüentemente, num “sistema de custódia”, como menciona Offe (1974).

Não obstante, embora a qualificação não signifique a garantia de emprego e de ascensão social, ela torna maior a chance do indivíduo inserir-se no mercado de trabalho.

Todavia, as condições objetivas de investimento em educação não são iguais para todos, por isso a competição frente ao mercado de trabalho não se dá de forma igualitária e justa. Por isso os indivíduos dos diferentes meios vão estipular estratégias escolares distintas com vista à reprodução ou ascensão social.

Como observo-se, os alunos de meios sociais altos, que possuem grande volume dos diferentes capitais (econômico, social e cultural), além de fazerem parte da cultura escolar (legítima), possuem condições objetivas essenciais para obtenção do sucesso escolar. Esse grupo, dessa forma, tenderá a investir fortemente na educação dos filhos, estipulando estratégias escolares longas e prestigiadas, já que possui condições para tal, além da chance de obter sucesso ser alta.

Por outro lado, as classes populares que não possuem condições objetivas de capital econômico, social e cultural, além de não possuírem requisitos básicos para decifrar os códigos escolares, chegam às escolas com essa desvantagem, estipulando, de modo geral, estratégias de escolarização breves para inserirem no mercado de trabalho o mais cedo possível, devido à escassez dos diferentes tipos de capital, ou seja, insuficiente para poder arcar com a espera do retorno improvável dos estudos.

Enfim, se por um lado a relação estabelecida entre trabalho e educação hoje é, de um modo geral, tão necessária quanto insuficiente, por outro lado, ela é uma relação flexível, já que varia para cada indivíduo. Ou seja, é uma relação de classe, raça e gênero, onde as classes sociais mais pobres, assim como o negro e a mulher tendem a ser os mais prejudicados.

Referências bibliográficas:

- BOURDIEU, P. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli et al. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura, In: *Escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a, p.39-64.
- _____. Futuro de classe e causalidade do provável. In: *Escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b, p.81-126.
- OFFE, Claus. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. *Educação e Sociedade*, n.35, p.9-59, abr. 1990.
- NOGUEIRA, M.A. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais. Notas em vista da construção de um objeto de pesquisa. *Teoria e educação*, no. 3, p.69-88. 1991.
- NOGUEIRA, M.A e NOGUEIRA, C.M.M. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 78, p.15-36. 2002.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n.34, p.152-180, jan./abr. 2007.
- SEGNINI, Liliana. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo, *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.2, abr./jun., p.72-81, 2000.